

ARTIGO

A marcha lenta da economia brasileira

JOSÉ ÁLVARO DE LIMA CARDOSO

Economista

ARTESSA, Índia e China cresceram entre 6% e 10%, enquanto o Brasil não passou dos 2,5% em 2005. No crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil também está na contramão se a comparação for com a América Latina. A região deverá apresentar em 2006 o quarto ano consecutivo de crescimento (4,1% para 2006) e o terceiro ano seguido acima de 4%. Somente o Brasil (3,5%) e o México (entre 3,2% e 3,7%) devem ficar abaixo disso.

Se o problema do México decorre de uma dependência em relação ao Nafta e da perda de espaço no mercado estadunidense para produtos chineses, o problema do Brasil são os juros altos. O conservadorismo da política de juros apóia-se na idéia de que se o PIB crescer mais que 3%, a inflação aumenta. Juros altíssimos, ao esfriar a demanda global, segurariam os preços, centro da estratégia do governo. Aparentemente, a recente queda da inflação está mais ligada à diferença dos juros brasileiros em relação aos juros praticados nos mercados internacionais.

Ao atrair compradores para os papéis brasileiros, essa diferença explica em parte a valorização do real, que ocorre desde o segundo trimestre de 2004. A valorização do real tem sido decisiva para a queda da inflação verificada nos últimos meses. Ao mesmo tempo, porém, tende a reduzir o superávit comercial em 2006, já que as importações estão crescendo e as exportações, diminuindo.

A queda do superávit comercial não é necessariamente um problema porque este não é um fim em si mesmo. É possível ter um saldo menor, mas com importações mais exuberantes, que representem um crescimento maior da produção e do consumo na economia. O problema da política cambial, na realidade, são os prejuízos causados a setores como calçados, têxteis e autopeças, que não são importadores e que não se beneficiam do dólar barato para aquisição de insumos no exterior.

O saldo comercial é o que vem apresentando desempenho mais favorável. O comércio exterior de 2005 apresentou um saldo de US\$ 44,7 bilhões, inédito na história do País, o que não deixa de ser um paradoxo, considerando que o Brasil tem hoje o câmbio mais valorizado do mundo. O desempenho do saldo comercial tem sido fundamental na redução da dívida externa e do risco-Brasil e possibilitou ao Brasil quitar antecipadamente toda a sua dívida junto ao FMI.

Tem contribuído também para a queda do risco-Brasil a política do Banco Central de recompra de papéis da dívida externa. Ao comprar os referidos papéis, o governo pressiona os seus preços para cima e os prêmios de risco para baixo.

Portanto, do ponto de vista das contas externas não se justifica juros tão elevados. Por outro lado, como demonstram os vários índices, a inflação está em declínio, apesar do repique de janeiro em função dos itens transportes e mensalidades escolares.

A atividade econômica, em suma, segue crescendo pouco neste início de ano travada por taxas de juros elevadas e que devem continuar caindo em um ritmo muito lento, chegando, talvez a 15% nominais no meio do ano. O crescimento projetado pelo Banco Central para este ano, de 3,5% a 4%, não é algo tranquilo. Vai depender dos preços, variável fundamental no cálculo do BC para a calibragem dos juros e do câmbio, que exercem efeitos contraditórios sobre a economia.

Este artigo foi editado para se adequar ao espaço da coluna